

Eleição debate Governo e a Constituinte

O desempenho do Governo Federal, a nova Constituição brasileira (sua defesa e sua crítica) e o comportamento dos partidos e de candidatas a cargos eletivos na Assembleia Nacional Constituinte serão as tônicas da campanha às eleições municipais de novembro próximo, na opinião da maioria dos políticos brasileiros.

"Nós — disse o líder do PT na Câmara, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP), candidato do partido à Presidência da República, em 1989 — vamos criticar o Governo com energia".

Não será muito diferente a estratégia eleitoral do PDS, partido que, em tese, faz oposição ao Governo, embora tenha votado a favor de medidas de interesse governamental, na Constituinte.

"Devemos procurar mostrar ao eleitorado brasileiro — explicou o pedessista gaúcho Adilson Mota —

que o PDS foi, até aqui, a melhor alternativa política para o País".

Muitos políticos do PMDB, agremiação responsável, juntamente com o PFL, pela eleição do presidente José Sarney, em janeiro de 1985, acham delicada a posição do partido, em face da campanha eleitoral ao pleito de novembro.

O senador Leopoldo, Maciel, peemedebista do Amazonas, pretende, por exemplo, limitar-se, nesse período, aos temas de interesse estritamente municipal. Reconhece ele, porém, que o eleitorado será alvo de um bombardeio propagandístico de oposição ao Governo.

"Mas — acrescentou Peres — no Brasil a prática da *real politik* (o pragmatismo na atividade política) é insofismável. Mesmo os candidatos de partidos governistas costumam agir, individualmente, como se fossem adversários do Governo. Nessas ocasiões, os "governis-

tas — frisou Leopoldo — sempre são os outros candidatos".

Quem não se considera prejudicado, em nada, por pertencer ao PMDB, é o deputado Antônio Brito, do Rio Grande do Sul, candidato à prefeitura de Porto Alegre.

Brito explica que seu comportamento, na Constituinte, em questões capitais — de maior interesse do povo brasileiro — foi de absoluta independência. "O eleitor gaúcho — acentua ele — sabe que eu votei a favor do mandato de quatro anos para Presidente da República e apoiei as matérias do interesse dos trabalhadores".

Consciência

Além de ressaltar os erros e os insucessos do Governo, durante a campanha, o PT, segundo Lula, vai aproveitar as eleições a fim de mostrar a importância da unidade dos trabalhadores, para ampliar suas conquistas no plano econômico e

social. A falta de mobilização mais eficiente dos assalariados, no entender de Lula, restringiu, na nova Constituição, o alcance de muitos dispositivos, como o referente à reforma agrária. Por isso, ficaram à margem dos benefícios da Carta Magna, recém-aprovada, os trabalhadores rurais.

O candidato a prefeito de São Paulo, pelo PSDB, deputado José Serra, afirma que a tônica do discurso de seu partido será a "sinceridade", artigo de trânsito difícil, dada a perda de confiança da sociedade na maioria dos políticos.

"Mas a sinceridade — afirma Serra — por mais questionável que possa ser, por qualquer motivo, é indispensável. De mais a mais, o PSDB pretende apresentar-se ao eleitorado não como crítico do passado, mas como construtor do futuro, de curto, médio e longo prazos".



Britto (PMDB) quer independência; Serra (PSDB), sinceridade

Crise econômica também é tema

O deputado Miro Teixeira, do PMDB do Rio, considera que o grande tema da próxima campanha eleitoral será a crise econômica brasileira.

"Os partidos e os candidatos — disse ele, referindo-se aos políticos ligados a agremiações governistas — terão de transmitir aos eleitores esclarecimentos corretos sobre a realidade brasileira".

No entender de Miro, o Governo Sarney, além de suas falhas próprias, herdou uma herança sócio-econômica catastrófica. "O que se verifica, hoje — prosseguiu — é que

são os responsáveis por essa herança maldita os que mais atacam o Governo, dentre os partidos de oposição".

Assim, a inflação dos governos anteriores, na avaliação de Miro, gerou o grande desconforto econômico-social.

"O Governo fala em inflação de 20 ou 24% ao mês. Mas, quem faz a feira, quem compra pão e outros artigos essenciais percebe que, no seu bolso, os preços crescem, dia a dia, mensalmente, muito mais do que 25 ou 30%. Não interessa aos cidadãos — acrescentou Miro — que o Governo inclua no

cálculo das taxas inflacionárias os aumentos no preço do aço, do automóvel etc. O trabalhador não come vergalhões nem chapas de automóveis, mas feijão, farinha, pão etc".

Adaptar-se a esse tipo de realidade, para o representante peemedebista, é uma exigência que se impõe a qualquer candidato. "Ninguém — diz ele — pode fazer promessas de resolver os problemas do País, mas todos terão de apresentar propostas de soluções concretas e viáveis, para assuntos específicos, com vistas ao enfrentamento da crise brasileira". (R.A.L.)

PMDB defenderá a nova Carta

O relator-geral da Assembleia Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), acha que o discurso de seu partido, nas próximas eleições, terá por base a nova Constituição. Os peemedebistas, que foram a maioria absoluta da Constituinte e são, a seu ver, os avalistas da Constituição, devem ser capazes de transmitir ao eleitorado provas de sua identificação política com os valores constitucionais.

Por sinal, na cúpula do PMDB, notadamente entre os congressistas, assessores e ministros ou ex-ministros ligados ao presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, a tônica da linguagem nos palanques, ou perante os meios de comunicação de massa, será a defesa da Constituição, contra quaisquer resistências do Governo do presidente José Sarney. Agora mesmo, num debate político-jurídico, o professor Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses Guimarães, quase foi às vias de fato com um advogado de São Paulo, que apontou a nova Constituição como fator capaz de gerar o caos institucional no País. "Não diga isso" — advertiu Reale — "você está engrossando o time dos que querem inviabilizar a Constituição".

Os peemedebistas estão convencidos de que existe, no Governo, um

grupo interessado em contestar a Constituição, atribuindo aos dispositivos inovadores ali existentes as futuras dificuldades do Brasil.

Assim, se se configurar esse tipo de conflito, a linguagem do PMDB, na próxima campanha eleitoral — segundo seus dirigentes — deverá ampliar ainda mais o fosso entre partido e o Governo, sem que isso gere constrangimentos entre os ex-auxiliares do presidente Sarney.

Defesa

Na crista do movimento de defesa da Carta Magna, peemedebistas que têm outros motivos de queixa em relação ao Governo — devido, por exemplo, à chamada Operação Desmonte — a linguagem do PMDB, além de tender à unificação, deverá fazer com que deixem o ministério Sarney personalidades que nele se encontram com o apoio de governadores até então sarneyzistas. Um dos ministros que estariam no index governamental é o da Ciência e Tecnologia, deputado Ralph Biasi, ligado ao governador Orestes Quêrcia, líder da campanha de protesto contra a perda de recursos federais, em decorrência da Operação Desmonte. Descontente por haver contribuído para a aprovação do mandato de cinco anos para Sarney e por estar, agora, sendo prejudicado pela

falta de apoio da União a seus projetos, Quêrcia — segundo as previsões de auxiliares de Ulysses — poderá ser o primeiro a participar do movimento de denúncia contra as tentativas de desestabilização constitucional. O governador de Minas, Newton Cardoso, outro sarneyzista, manifestou-se agora contra o que considerou "mistificação da Operação Desmonte".

"O PMDB — comenta, a propósito de tal situação o deputado Lula — não tem como dissociar-se do Governo Sarney".

E, sobre o mesmo assunto — a defesa da Constituição — é quase idêntico o pensamento do deputado Ademar de Barros Filho, do PDT de São Paulo.

"O Presidente da República, eleito pela Aliança formada pelo PMDB e PFL, poucos dias antes da promulgação da nova Constituição resolveu hostilizar a Constituinte, montando a Operação Desmonte, firmando acordo com o FMI, fazendo a reforma bancária etc, tudo à revelia da vontade majoritária da Assembleia".

Por todos estes motivos, à exceção talvez do PFL, mais identificado com o Governo, a linguagem política dos candidatos de quase todos os partidos, nessas eleições, sofrerá influência de fatores federais.